

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Senhores;  
Apresentamos a V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Equatorial Previdência Complementar, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do parecer dos auditores atuariais independentes e do RAI - Relatório dos Auditores Independentes.

**Política de reinvestimentos:** o resultado apurado será incorporado ao patrimônio da Entidade.  
**Quadro administrativo:** foi mantido quadro de associados controladores da Entidade, bem como a sua Diretoria Executiva.

**Negócios sociais:** a Entidade opera em todo território nacional, com planos previdenciários sob a forma de pecúlio e renda, bem como assistência financeira aos associados. No exercício de 2021 houve um acréscimo na ordem aproximada de 1,00% na receita de contribuições para cobertura de riscos, bem como um acréscimo no patrimônio líquido de cerca de 8,88%, em relação ao exercício de 2020, motivados pelo resultado financeiro.

**Perspectivas futuras:** Levantamos como premissa a racionalização e o aperfeiçoamento da Entidade, dentro do cenário político do País que mostra sinais de retomada da economia, associado à introdução da vacina contra Covid-19, passa-se a ter um aumento dos níveis de confiança da população. Embora o Bacen tenha aumentado a taxa de juros nos últimos meses, entendemos que haverá uma manutenção a taxa de juros atuais para 2022, bem como é esperado uma estabilização do índice de inflação, pelas medidas tomadas pelo Bacen.

**Outros eventos:** A Entidade em assembleia geral dos Controladores reuniu-se em (I) 30/04/2021, para deliberar acerca da renúncia ao direito de preferência para subscrição e integralização de novas ações do capital social da investida, atual EQ Seguros S.A., e (II) 25/06/2021, onde os Controladores ratificaram as contratações de auditores, atuários e ouvidor externo, nos termos da alínea h, art. 11, do estatuto social da Entidade. Em tempo, há tratativas com novos canais de distribuição que devem se efetivar no primeiro semestre de 2022.

**Fato Relevante:** A Entidade securitizou parte da carteira de assistência financeira, mediante anuência dos Controladores em AGE de 15/09/2020. No decorrer de 2021, promoveu cessões de direito creditório para fins da securitização, em conformidade com a Circular nº 600/2020. Em consequência desta operação foi possível ampliar o leque de atendimento aos nossos associados participantes de forma mais plena, e nos possibilitou a procura de novas oportunidades visando incrementar o quadro de participantes. Atualmente mais de 80% das subscrições de planos de pecúlio e das novas operações de assistência financeira são formalizadas em ambiente de anuência digital, sempre preservando a segurança das informações do participante, ressaltando, como fator preponderante, o constante aperfeiçoamento, com a implantação das questões decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados.

**Continuidade Operacional:** as demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Entidade no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

**Capacidade financeira:** de acordo com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Equatorial Previdência Complementar, declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Goiânia (GO), 22 de fevereiro de 2022.  
A Administração

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos administradores da Equatorial Previdência Complementar Goiânia - GO

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**  
A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção em relação às necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.  
• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(ies) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à auditoria significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022

**dns – Auditoria e Consultoria**  
CRC/RJ nº 1.824 /S/GO

**Delson Nei Santana**  
Contador CRC/RJ nº 050.301/0-4 /S/GO

**BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)**

A T I V O	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>77.552.114,98</b>	<b>51.862.202,95</b>
Disponível		3.024.050,50	9.943.520,27
Caixa e bancos		3.023.476,18	9.943.520,27
Equivalente de caixa	4.b	574,32	-
Aplicações	5	62.592.024,35	25.300.122,51
<b>Créditos das operações de previdência complementar</b>		<b>6.048.498,30</b>	<b>5.256.531,77</b>
Valores a receber	6	6.048.498,30	5.256.531,77
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>5.817.683,34</b>	<b>11.290.944,93</b>
Títulos e créditos a receber		35.869,63	1.471.513,95
Assistência financeira a participantes	7 e 8	5.742.976,44	9.772.653,96
Outros créditos	9	38.837,27	46.777,02
<b>Despesas antecipadas</b>	10	<b>69.824,49</b>	<b>43.081,57</b>
<b>Custos de aquisições diferidos</b>		<b>34,00</b>	<b>28.001,90</b>
Previdência	11	34,00	28.001,90
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>28.833.523,40</b>	<b>46.234.914,97</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>20.859.283,41</b>	<b>38.570.357,28</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>20.859.283,41</b>	<b>38.570.357,28</b>
Depósitos judiciais e fiscais	12	231.475,69	216.440,04
Assistência financeira a participantes	7 e 8	20.102.181,22	37.828.290,74
Outros créditos	9	525.626,50	525.626,50
<b>Investimentos</b>		<b>3.939.603,33</b>	<b>3.977.735,75</b>
Participações societárias	13.a,b	3.019.418,90	3.011.920,37
Imóveis destinados a renda	13.c	920.184,43	965.813,38
<b>Imobilizado</b>		<b>3.997.485,37</b>	<b>3.641.388,74</b>
Imóveis de uso próprio	14	2.178.716,52	2.272.874,39
Bens móveis	14	1.108.357,76	818.742,68
Outras imobilizações	14	710.411,09	549.771,67
<b>Intangível</b>		<b>37.151,29</b>	<b>45.435,20</b>
Outros intangíveis	15	37.151,29	45.435,20
<b>Total do ativo</b>		<b>106.385.638,38</b>	<b>98.097.117,92</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**P A S S I V O**

P A S S I V O	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.858.552,57</b>	<b>4.821.782,97</b>
Contas a pagar		848.273,25	808.123,17
Obrigações a pagar	16	332.889,95	381.123,83
Impostos encargos sociais a recolher	17	324.812,91	225.823,97
Encargos trabalhistas	18	165.244,14	169.261,89
Financiamentos	19	-	21.897,41
Impostos e contribuições		17.456,06	3.695,99
Outras contas a pagar	20	7.870,19	6.320,08
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>772.176,15</b>	<b>1.575.122,94</b>
Operações de repasses	21	771.341,95	884.402,73
Outros débitos operacionais	21	834,20	690.299,21
<b>Depósitos de terceiros</b>	22	<b>1.003.488,17</b>	<b>1.111.023,53</b>
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>		<b>2.234.615,00</b>	<b>1.327.513,33</b>
Planos não bloqueados	23	2.234.615,00	1.327.513,33
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>752.661,55</b>	<b>719.020,93</b>
<b>Outros débitos</b>		<b>752.661,55</b>	<b>719.020,93</b>
Provisões judiciais	26	752.661,55	719.020,93
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>100.774.424,26</b>	<b>92.556.314,02</b>
Patrimônio social		844.200,00	844.200,00
Reservas de reavaliação		290.728,18	298.656,74
Reservas de retenção de superávits		323.935,93	211.723,20
Superávits ou déficits acumulados		99.315.562,15	91.201.734,08
<b>Total do passivo</b>		<b>106.385.638,38</b>	<b>98.097.117,92</b>

P A S S I V O	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.858.552,57</b>	<b>4.821.782,97</b>
Contas a pagar		848.273,25	808.123,17
Obrigações a pagar	16	332.889,95	381.123,83
Impostos encargos sociais a recolher	17	324.812,91	225.823,97
Encargos trabalhistas	18	165.244,14	169.261,89
Financiamentos	19	-	21.897,41
Impostos e contribuições		17.456,06	3.695,99
Outras contas a pagar	20	7.870,19	6.320,08
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>772.176,15</b>	<b>1.575.122,94</b>
Operações de repasses	21	771.341,95	884.402,73
Outros débitos operacionais	21	834,20	690.299,21
<b>Depósitos de terceiros</b>	22	<b>1.003.488,17</b>	<b>1.111.023,53</b>
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>		<b>2.234.615,00</b>	<b>1.327.513,33</b>
Planos não bloqueados	23	2.234.615,00	1.327.513,33
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>752.661,55</b>	<b>719.020,93</b>
<b>Outros débitos</b>		<b>752.661,55</b>	<b>719.020,93</b>
Provisões judiciais	26	752.661,55	719.020,93
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>100.774.424,26</b>	<b>92.556.314,02</b>
Patrimônio social		844.200,00	844.200,00
Reservas de reavaliação		290.728,18	298.656,74
Reservas de retenção de superávits		323.935,93	211.723,20
Superávits ou déficits acumulados		99.315.562,15	91.201.734,08
<b>Total do passivo</b>		<b>106.385.638,38</b>	<b>98.097.117,92</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)**

	Nota Explicativa	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios retidos	29	(1.997.228,10)	(509.663,49)
Custos de aquisição	29	(2.597.486,81)	(2.015.244,44)
Outras receitas e despesas operacionais	29	(186.870,71)	(49.534,87)
Contribuições para cobertura de riscos		6.716.144,29	6.651.426,14
Variações das provisões técnicas de prêmios		(36.186,11)	39.454,84
<b>Prêmios ganhos</b>		<b>6.679.958,18</b>	<b>6.690.880,98</b>
Despesas administrativas	29	(9.366.617,45)	(7.915.438,47)
Despesas com tributos	29	(336.697,63)	(222.910,92)
Resultado financeiro	29	15.847.320,68	17.671.215,20
Resultado patrimonial	29	47.438,07	113.763,36
<b>Resultado operacional</b>		<b>8.089.816,23</b>	<b>13.763.067,35</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>128.294,01</b>	<b>4.854,08</b>
<b>Superávit do período</b>		<b>8.218.110,24</b>	<b>13.767.921,43</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE (Em Reais)**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Superávit do período</b>	<b>8.218.110,24</b>	<b>13.767.921,43</b>
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	7.930,56	7.930,56
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>8.226.040,80</b>	<b>13.775.851,99</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)**

Discriminação	Nota Explicativa	Patrimônio social	Reservas de		Superávits ou déficits acumulados	Total
			Reavaliação	Retenção de superávits		
<b>Período findo em 31 de dezembro de 2021</b>						
Saldos iniciais em 01.01.2021		844.200,00	298.656,74	211.723,20	91.201.734,08	92.556.314,02
Reserva de reavaliação Realização	27	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit do período		-	-	-	8.218.110,24	8.218.110,24
Proposta para destinação do superávit Reservas p/contingências de benefícios		-	-	(112.212,73)	(112.212,73)	-
Saldos finais em 31.12.2021		844.200,00	290.728,18	323.935,93	99.315.562,15	100.774.424,26
Mutações do período		-	(7.930,56)	(112.212,73)	8.113.828,07	8.218.110,24
<b>Período findo em 31 de dezembro de 2020</b>						
Saldos iniciais em 01.01.2020		844.200,00	306.587,30	211.723,20	77.425.882,09	78.788.392,59
Reserva de reavaliação Realização	27	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit do período		-	-	-	13.767.921,43	13.767.921,43
Saldos finais em 31.12.2020		844.200,00	298.656,74	211.723,20	91.201.734,08	92.556.314,02
Mutações do período		-	(7.930,56)	-	13.775.851,99	13.767.921,43

**c) Títulos e valores mobiliários** - são classificados em: **(I) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período; **(II) ativos financeiros mantidos até o vencimento** - caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e **(III) determinação do valor justo** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. (Nota 05);

**d) Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber** - classificadas no Ativo Circulante pelos respectivos valores originais, sendo na rubrica Consignação de órgãos averbadores, reconhecidos quando da emissão do risco, e na rubrica Riscos vigentes não recebidos, os valores pertinentes a parcela das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte, permanecendo nesta até o prazo de 90 (noventa) dias quando é reconhecida no resultado pela Redução ao Valor Recuperável ou em decorrência do cancelamento do plano;

**e) Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes** - classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante, com os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e Redução ao valor recuperável - constituída com base em levantamento dos contratos que apresentam inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, os quais são considerados integralmente vencidos;

**f) Depósitos judiciais e fiscais** - classificados no Ativo Não Circulante pelos respectivos valores originais; **g) Investimentos** - classificados no Ativo Não Circulante e constituídos por: **Participações societárias:** (I) **Sociedade controlada** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado através da avaliação pelo método da equivalência patrimonial; e (II) **Outras participações - Conta capital** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação; e **Imóveis destinados a renda** - representado por bens imóveis urbanos - terrenos - registrados e demonstrados pelos respectivos valores de aquisição;

**h) Imobilizado** - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, estando os imóveis acrescidos de reavaliação conforme laudos de 30.11 e 12.12.2006, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de: 4% móveis; 10% móveis e utensílios; 20% equipamentos e veículos 20%; e, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável;

**i) Intangível** - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de 33,33% sistemas aplicativos, e, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável;

**j) Redução ao valor recuperável - ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecidos publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. A redução do valor recuperável de ativos (impairment) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa;

**k) Provisões técnicas - Previdência** em consonância com as determinações e critérios instituídos pelas normas vigentes; a saber: Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) - calculada de acordo com as definições da Circular Susep nº 517/2015 e alterações. Neste caso, foi utilizado o método "pro rata die", com base no risco vigente na data base, considerando as contribuições comerciais emitidas até tal data e as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição; Provisão de sinistros a liquidar (PSL) - foi constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos unicos e/ou rendas vencidas, de sinistros avisados e não pagos até a data-base de cálculo, seguindo as determinações da Circular Susep nº 517/2015 e alterações; Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (BNR) - constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, obedecendo aos critérios da legislação vigente. Ressalta-se que a Entidade adota o triângulo de run off como metodologia de cálculo desta provisão; Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) - Esta provisão é constituída, somente, após ocorrido o evento gerador do benefício. Neste caso o pecúlio é pago através de uma renda por prazo certo, por livre escolha do participante, no momento da assinatura da proposta; Provisão de despesas relacionadas (PDR) - tem como objetivo cobrir despesas relacionadas a sinistros. É calculada com base na formulação constante na NTA, aplicando 10% sobre a provisão de sinistros judiciais a liquidar. Provisão Complementar de Cobertura (PCC) - após a realização do Teste de Adequação do Passivo (TAP), conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, foi verificado que há necessidade de constituição desta provisão, tendo em vista que foi identificada insuficiência na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). A PDR e a PCC são contabilizadas na rubrica "Outras provisões técnicas", no Passivo Circulante;

**l) Provisões trabalhistas** - constituída pela provisão para férias, calculadas e reconhecidas mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;

**m) Outros Débitos - provisões judiciais e administrativas** - classificados no Passivo Não Circulante, de acordo com o CPC 25, são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração; (Nota 26); e

**n) Outros ativos e passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

**05 - Classificação das aplicações financeiras**

Incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, conforme abaixo:

**a) Posição**

Categoria	Valores de mercado em 31.12.2021			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	
Fundos DI/FIQ/FI	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	Valor da Cota
Montante	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	

  

Categoria	Valores de mercado em 31.12.2020			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	25.300.122,51	100%	22.418.000,00	
Fundos DI/FIQ/FI	25.300.122,51	100%	22.418.000,00	Valor da Cota
Montante	25.300.122,51	100%	22.418.000,00	

**b) Movimentação**

Discriminação:	Saldos em 01.01.2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos e ou atualizações	Ajustes	Saldos em 31.12.2021
Valor justo por meio do resultado	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	-	62.592.024,35
Fundos DI/FIQ/FI	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	-	62.592.024,35
Totais	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	-	62.592.024,35

  

Discriminação:	Saldos em 01.01.2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos e ou atualizações	Ajustes	Saldos em 31.12.2020
Valor justo por meio do resultado	18.362.937,53	9.615.643,69	(3.189.987,01)	511.528,30	-	25.300.122,51
Fundos DI/FIQ/FI	18.362.937,53	9.615.643,69	(3.189.987,01)	511.528,30	-	25.300.122,51
Totais	18.362.937,53	9.615.643,69	(3.189.987,01)	511.528,30	-	25.300.122,51

**06 - Créditos das operações de previdência complementar**

**a) Representado pelas rubricas e valores, a saber:**

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Consignações de órgãos averbadores	719.804,80	645.160,34
Riscos vigentes não recebidos	6.616.749,00	5.625.054,09
Redução ao valor recuperável	(1.288.055,50)	(1.013.682,66)
<b>Total</b>	<b>6.048.498,30</b>	<b>5.256.531,77</b>

**b) Movimentação no exercício:**

Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo no início do período</b>	<b>5.256.531,77</b>	<b>4.359.873,05</b>
- Prêmios emitidos	8.182.785,59	7.639.809,95
- Recebimentos	(5.706.171,98)	(5.328.660,30)
- Juros recebidos/ajustes	48.591,33	10.602,56
- Cancelamentos	(1.459.400,66)	(985.789,37)
- Reversão ao valor recuperável	853.331,32	619.623,88
- Redução ao valor recuperável	(927.169,07)	(1.058.928,00)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>6.048.498,30</b>	<b>5.256.531,77</b>

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular Susep nº 517/2015, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

**d) Composição - redução ao valor recuperável**

Faixa de créditos vencidos	31.12.2021	31.12.2020
De 61 a 120 dias	72.889,55	210.046,60
De 121 a 180 dias	105.869,16	150.839,58
De 181 a 240 dias	69.833,88	24.725,06
De 241 a 300 dias	52.574,06	41.316,48
De 301 a 365 dias	75.496,56	21.214,77
Superior a 365 dias	911.392,29	565.540,17
<b>Total</b>	<b>1.288.055,50</b>	<b>1.013.682,66</b>

**07 - Assistência financeira a participantes**

Considerando a relevância de seu saldo, detalhamos a rubrica como segue:

Composição	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativo Circulante</b>	<b>5.742.976,44</b>	<b>9.772.653,96</b>
- Garantia de averbação	26.513.521,29	38.641.232,82
- Receitas a apropriar	(11.431.750,45)	(20.281.801,63)
- Redução ao valor recuperável	(9.338.794,40)	(8.586.777,23)
<b>Não circulante</b>	<b>20.102.181,22</b>	<b>37.828.290,74</b>
- Garantia de averbação	32.808.728,78	65.554.477,16
- Receitas a apropriar	(12.706.547,56)	(27.726.186,42)
<b>Total</b>	<b>25.845.157,66</b>	<b>47.600.944,70</b>

**08 - Securitização de parcelas de assistência financeira**

**a)** A Entidade ("Cedente") firmou em 14.12.2020 com o Canal 75 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados ("Fundo" e "Administrador"), contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida à participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais serão custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S. A. ("Custodiante"); e

**b)** Em 17.03.2021 firmou com o Guatambu Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados, contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida à participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais serão custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S. A. ("Custodiante"), a seguir demonstramos o montante das concessões dos contratos de assistência financeira.

Discriminação	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade	Valor de face	Quantidade	Valor de face
Canal 75 - Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare)	6.962	137.765.152,08	76.088.286,11	1.447.133.222.213,77
Guatambu fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare)	37	299.666,45	211.285,79	0,00
<b>Total</b>	<b>6.999</b>	<b>138.064.818,53</b>	<b>76.299.571,90</b>	<b>1.447.133.222.213,77</b>

**09 - Outros créditos**

Constituído, a saber:

**a) Circulante**

Rubricas / Eventos	31.12.2021	31.12.2020
Outros adiantamentos	0,00	45.944,44
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	38.837,27	832,58
<b>Total</b>	<b>38.837,27</b>	<b>46.777,02</b>

**d) Não circulante**

Rubrica / Eventos	31.12.2021	31.12.2020
Outros créditos - Imóvel/terrenos	525.626,50	525.626,50

A Equatorial adquiriu em 05.06.2012 cinco lotes de terrenos através de processo de leilão realizado pela Prefeitura do Município de Trindade - GO, ao custo final de R\$ 525.626,50, todos devidamente averbados no registro de imóveis. Em 22/05/2012, Periz Messias da Silva ingressou com ação popular com pedido de liminar, objetivando anular Leilão de alienação dos terrenos em questão, em 16.07.2013 o então procurador do Município reconheceu a procedência do pedido, com a consequente reversão das áreas arrematadas ao patrimônio do Município. Em 09.11.2015, o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), manifestou-se acerca da devolução do investimento dos arrematantes, bem como eventuais prejuízos comprovados. O processo em questão ainda se encontra em fase de recurso, sem uma expectativa para a conclusão definitiva. Diante deste cenário a Administração determinou a transferência em 31.12.2020 dos valores contábeis representativos dos bens, de Investimentos - Terrenos (Nota 13 c), para o Realizável a longo prazo - Outros créditos - Terrenos Trindade, enquanto aguarda pela conclusão da ação. A seguir a composição do saldo.

Composição	31.12.2021	31.12.2020
Terrenos (cinco lotes)	488.000,00	488.000,00
Comissão leiloeiro	24.400,00	24.400,00
ITBI	9.771,50	9.771,50
Taxa registro	3.455,00	3.455,00
<b>Total</b>	<b>525.626,50</b>	<b>525.626,50</b>

**10 - Despesas antecipadas**

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

Composição	31.12.2021	31.12.2020
Assinaturas de jornais e periódicos	1.456,60	1.328,32
Seguros imóveis	1.449,05	1.550,40
Seguros veículos	11.035,54	8.314,10
Seguros responsabilidade civil	1.906,96	0,00
Despesas com alimentação	51.919,17	30.039,09
Despesas condomínio	2.058,17	1.849,66
<b>Total</b>	<b>69.824,49</b>	<b>43.081,57</b>

**11 - Custos de aquisições diferidos**

Constituído pelos pagamentos de comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários a serem reconhecidos no resultado de forma linear, pelo prazo estimado de 12 meses, estabelecido em Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Susep, apresentando a seguinte posição:

Movimentação	31.12.2021	31.12.2020
No início do período	28.001,90	64.813,25
- Adições/pagamentos	0,00	92.121,05
- Redução/reconhecimento	(27.967,90)	(128.932,40)
No final do período	34,00	28.001,90

**12 - Depósitos judiciais e fiscais**

A Entidade é parte em ações judiciais em curso, dentre essas, há ações para as quais foram efetuados depósitos judiciais, apresentando os seguintes saldos em:

Depósitos Judiciais e Fiscais	31.12.2021	31.12.2020
- Ações cíveis	81.617,34	75.630,88
- Outros (administrativos)	149.858,35	140.809,16
<b>Total</b>	<b>216.440,04</b>	<b>216.440,04</b>

**13 - Investimentos**

**a) Investimento em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial:**

Investida	Equatorial Seguradora S. A. - Microseguros	31.12.2021	31.12.2020
Capital social		4.120.000,00	4.120.000,00
Patrimônio líquido		5.301.116,07	4.407.259,44
Resultado do período		(46.499,74)	287.259,44
Percentual de participação		49,020%	59,472%
Valor atual do investimento	Apurado pelo método da equivalência patrimonial	2.579.884,49	2.621.085,33
Saldo anterior do investimento	Contabilizado	2.431.250,00	2.431.250,00
Aumento/redução ao valor recuperável	Avaliação pelo Método da Equivalência Patrimonial	148.634,49	189.835,33

**b) Outros investimentos**

Composição dos saldos

Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Conta capital</b>	<b>439.534,41</b>	<b>390.835,04</b>
- Banco Sicoob - Cooperativa	439.534,41	390.835,04

**23 - Das provisões técnicas**

**a) Cálculo** - elaborado sob a responsabilidade de empresa devidamente habilitada contratada pela Entidade, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

Movimentação:	Provisões						Total
	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	PCC	
<b>Saldo em 01.01.2021</b>	<b>303.435,59</b>	<b>53.008,54</b>	<b>246.835,87</b>	<b>716.282,05</b>	<b>7.951,28</b>	<b>0,00</b>	<b>1.327.513,33</b>
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	3.926.823,13	0,00	0,00	5.526.771,97	80.203,38	3.007,45	9.536.805,93
- Avisos de sinistros	0,00	67.646,69	1.493.697,25	0,00	0,00	0,00	1.561.343,94
- Pagamentos de sinistros/benefícios	0,00	(31.087,66)	(1.219.496,54)	0,00	0,00	0,00	(1.250.584,20)
- Atualização monetária e juros	0,00	4.985,59	54.040,04	0,00	0,00	0,00	59.025,63
- Sucumbência/danos morais/restituições	0,00	0,00	19.064,57	0,00	0,00	0,00	19.064,57
- Reversões	(3.889.834,17)	0,00	(19.245,37)	(5.044.870,90)	(64.603,76)	0,00	(9.018.554,20)
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>340.424,55</b>	<b>94.553,16</b>	<b>574.895,82</b>	<b>1.198.183,12</b>			

**24 - Teste de adequação de passivos - TAP**

Elaborado em sintonia com as disposições contidas na Circular Susep nº 517/2015, e, por tratar-se um estudo prospectivo de obrigações e direitos dos planos de pecúlios, cujos cálculos estão pautados em parâmetros probabilísticos e premissas estabelecidas com base no histórico da Entidade, a realidade pode não ser captada plenamente no TAP, em razão direta da complexidade e da volatilidade, destas variáveis. Através dos estudos realizados apurou-se insuficiência de provisionamento na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC, indicando a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, no montante de R\$ 3.007,45. A Entidade tem como indexador das contribuições e capitais segurados dos planos de pecúlios o IGP-M, o qual será utilizado na atualização mensal da PCC-PMBC, até a realização do próximo TAP.

**25 - Análise de sensibilidade**

A alínea e, inciso XI, artigo 156, contido no anexo I da Circular Susep nº 517/2015 determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: Índice de conversibilidade; taxas de juros; mortalidade (frequência e severidade); inflação; e excedente financeiro. Sabendo que o regime financeiro adotado nos planos de pecúlios administrados pela Entidade é o de repartição simples, e que Entidade não paga rendas vitalícias, logo, não possui provisões de benefícios a conceder e os valores das provisões de benefícios concedidos são insignificantes, as variáveis que poderão afetar, de alguma forma, o equilíbrio do plano são: taxa de juros, mortalidade e sinistralidade. **a) Taxa de juros** - um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de pecúlios é alterar a taxa de juros ETTJ no estudo do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e observar sua influência no resultado. A esta análise, vamos considerar uma alteração de 10% na taxa ETTJ.

**Tabela 1 - Cenário atual - Análise da variável taxa de juros.**

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP - Estimativas futuras PPNG
31.12.2021	ETTJ	-R\$ 25.922.713,23

**Tabela 2 - Cenário alterando a ETTJ em 10% - Análise da variável taxa de juros.**

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP - Estimativas futuras PPNG
31.12.2021	ETTJ x 110%	-R\$ 28.514.984,55
31.12.2021	ETTJ x 90%	-R\$ 23.330.441,91

**Conclusão:** As alterações na taxa de juros ETTJ, em 10%, não modificaram o resultado do TAP, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC. **b) Mortalidade** - um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

**Tabela 3 - Análise da variável mortalidade.**

Data-Base	Resultado atual do TAP - Estimativas futuras PPNG	Resultado do TAP após elevação de 10% na mortalidade
31.12.2021	-R\$ 25.922.713,23	-R\$ 24.858.403,95

**Conclusão:** A elevação em 10% na mortalidade projetada no TAP não modificará seu resultado, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC. **c) Sinistralidade** - o âmbito da Previdência Aberta podemos definir sinistralidade como a relação entre os pecúlios pagos sobre as receitas arrecadadas com contribuições comerciais.

Uma forma de analisar a sensibilidade da variável sinistralidade é elevar os pecúlios pagos durante o período estudado e assim verificar o impacto resultante.

As tabelas 4 e 5 apresentam o teste na variável sinistralidade considerando o período em análise.

**Tabela 4 - Sinistralidade ocorrida no período - Análise da variável sinistralidade.**

Data-Base	Benefícios pagos	Contribuições retidas	Sinistralidade
31.12.2021	R\$ 1.542.098,57	R\$ 7.327.848,66	21,04%

**Tabela 5 - Sinistralidade ocorrida com elevação de 100% nos pecúlios pagos - Análise da variável sinistralidade.**

Data-Base	Benefícios pagos	Receitas retidas	Sinistralidade
31.12.2021	R\$ 3.084.197,14	R\$ 7.327.848,66	42,09%

Como mostra a tabela nº 05, a elevação em 100% nos valores dos pecúlios pagos durante o período de 2021 não acarretaria nenhum desequilíbrio financeiro, a sinistralidade projetada continuaria com índices aceitáveis, dentro dos padrões do mercado.

**26 - Outros débitos**

A Entidade é parte em ações judiciais cíveis e processos administrativos as quais estão sendo contestados. O desfecho dessas ações e processos encontram-se indefinido, pendentes de recursos postulados. Seguindo o estabelecido nas normas vigentes os advogados externos com base em estudo pormenorizado dos processos e, consultando o histórico de desfechos de decisões judiciais transitadas em julgado, sobre causas de semelhante natureza no âmbito da Entidade, na jurisprudência e na existência de súmula de tribunais superiores sobre idénticas questões estimaram os valores de perda em R\$ 988.170,61 (R\$ 870.549,03 em 31.12.2020), sendo R\$ 235.509,06 (R\$ 151.528,10 em 31.12.2020), decorrentes de processos **Relacionados a Benefícios**, computado no Passivo Circulante - Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais e **Processos cíveis** R\$ 752.661,55 (R\$ 719.020,93) em 31.12.2020, conforme demonstrados a seguir.

Contingências cíveis - Relacionadas a benefícios						
	31.12.2021			31.12.2020		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	09	224.981,71	123.588,76	09	305.406,21	151.528,10
Possível	04	244.451,57	111.920,30	01	12.585,27	0,00
Remota	15	269.941,15	0,00	16	317.351,49	0,00
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>739.374,43</b>	<b>235.509,06</b>	<b>26</b>	<b>635.342,97</b>	<b>151.528,10</b>
Contingências cíveis - Não relacionadas a benefícios						
	31.12.2021			31.12.2020		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	041	1.081.197,60	752.661,55	030	798.878,03	719.020,93
Possível	032	408.367,82	0,00	008	226.559,18	0,00
Remota	426	8.984.682,08	0,00	355	6.418.049,26	0,00
<b>Total</b>	<b>499</b>	<b>10.474.247,50</b>	<b>752.661,55</b>	<b>393</b>	<b>17.443.486,47</b>	<b>719.020,93</b>

Os montantes foram provisionados baseados na opinião dos consultores jurídicos e da administração da entidade, e são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas. Dentre essas ações para algumas existem: **I) Depósitos judiciais e recursais** R\$ 81.617,34 (R\$ 75.630,88 em 31.12.2020); e **II) Saldos bancários bloqueados** R\$ 38.837,27 (R\$ 832,58 em 31.12.2020).

**27 - Realização da reserva de reavaliação**

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 7.930,56 (R\$ 7.930,56 em 31.12.2020), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

**28 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR**

A seguir demonstramos o PLA e o CMR de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
<b>Resolução CNSP Nº</b>	<b>432/21</b>	<b>321/15 e alterações</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>100.774.424,26</b>	<b>92.556.314,02</b>
<b>Ajustes contábeis</b>	<b>(3.126.428,68)</b>	<b>3.128.439,04</b>
<b>Participações societárias - financeiras</b>	<b>(3.019.418,90)</b>	<b>(3.011.920,37)</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>(69.824,49)</b>	<b>(43.081,57)</b>
<b>Ativos integrais</b>	<b>(37.151,29)</b>	<b>(45.435,20)</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>(34,00)</b>	<b>(28.001,90)</b>

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
<b>Resolução CNSP Nº</b>	<b>432/21</b>	<b>321/15 e alterações</b>
<b>Ajustes associados de variações dos valores econômicos</b>	<b>1.705.976,25</b>	<b>0,00</b>
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	1.619.385,99	0,00
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registrados	86.590,26	0,00
<b>Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3</b>	<b>(97.717,30)</b>	<b>0,00</b>
PLA nível 2 + PLA nível 3 (-) 50% CMR	(5.199.068,30)	0,00
PLA nível 3 (-) 15% CMR	97.717,30	0,00
Excesso de PLA nível 2 + PLA nível 3	(97.717,30)	0,00
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (total)</b>	<b>(A) 99.256.254,53</b>	<b>89.427.874,98</b>
PLA nível 1	94.549.094,63	0,00
PLA nível 2	1.705.976,25	0,00
PLA nível 3	3.098.909,95	0,00
<b>Capital base</b>	<b>(B) 0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Capital de risco total</b>	<b>20.007.890,99</b>	<b>15.807.816,07</b>
Parcela de risco de subscrição	1.061.026,86	736.063,58
Parcela de risco de crédito	6.935.848,80	5.482.821,53
Parcela de risco operacional	18.319,62	17.038,69
Parcela de risco mercado	16.628.420,26	13.180.508,00
<b>Capital mínimo requerido - CMR</b>	<b>20.007.890,99</b>	<b>15.807.816,07</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>(A) - (B) 79.248.363,54</b>	<b>76.798.193,31</b>
<b>Suficiência de PLA %</b>	<b>396,09%</b>	<b>485,82%</b>
<b>Suficiência de ativos garantidores</b>		
Ativos de garantidores aceitos	6.849.225,28	6.564.264,57
Valor a cobrir de provisões técnicas	(2.234.615,00)	(1.327.513,33)
<b>Suficiência</b>	<b>306,51%</b>	<b>494,48%</b>
<b>Liquidez em relação ao CR</b>		
Ativos líquidos em excesso à cobertura provisões técnicas	4.614.610,28	5.236.751,24
CRmrc, sem as vigências não reg. dos fluxos (RM - F)	14.878.863,82	9.733.847,19
CR - Capital de riscos, considerando RM - F	18.388.504,67	12.652.443,18
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR / CR %</b>	<b>25,10%</b>	<b>41,39%</b>

**29 - Detalhamento de contas da demonstração de resultado**

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas a seguir:

Períodos:	31.12.2021	31.12.2020
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(1.997.228,10)</b>	<b>(509.663,49)</b>
Despesas com benefícios - administrativos	(1.394.526,67)	(503.225,55)
Despesas com benefícios - judiciais	(147.571,90)	(15.129,88)
Variação provisão eventos ocorridos	(455.129,53)	8.691,94
<b>Custo de aquisição</b>	<b>(2.597.486,81)</b>	<b>(2.015.244,44)</b>
Despesas de correção e agenciamento	(1.471.264,49)	(1.530.727,54)
Despesas de custeamento e vendas	(1.126.222,32)	(484.516,90)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(9.366.617,45)</b>	<b>(7.915.438,47)</b>
Pessoal próprio	(5.435.261,83)	(5.122.857,97)
Serviços de terceiros	(2.718.700,17)	(1.627.571,96)
Localização e funcionamento	(902.586,91)	(851.317,00)
Publicidade e propaganda	(56.559,20)	(48.992,02)
Publicações	(23.767,28)	(19.079,28)
Doativos e contribuições	(84.145,15)	(77.550,06)
Administrativas diversas	(145.596,91)	(168.070,18)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>(336.697,63)</b>	<b>(222.910,92)</b>
Impostos	(53.132,75)	(55.688,85)
Contribuições	(147.465,95)	(37.449,51)
Taxa de fiscalização	(136.098,93)	(129.772,56)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>30.238.772,50</b>	<b>29.433.162,29</b>
Fundos de investimentos	3.097.618,08	511.528,30
Reversão provisão sobre assistência financeira	2.597.991,02	4.606.921,13
Receitas com empréstimos	24.367.247,26	24.224.757,28
Outras receitas financeiras	175.916,14	89.955,58
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.391.451,82)</b>	<b>(11.761.947,09)</b>
Provisões técnicas	(105.207,09)	(121.503,52)
Sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(3.269,60)	(0,00)
Provisão sobre assistência financeira	(3.220.948,00)	(6.209.599,07)
Assistência financeira	(11.024.059,23)	(5.381.940,13)
Outras despesas	(37.967,90)	(48.904,37)
<b>Receitas/despesas patrimonial</b>	<b>47.438,07</b>	<b>113.763,36</b>
Receitas patrimoniais	140.376,90	96.703,01
Despesas patrimoniais	(92.938,83)	17.060,35
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(186.870,71)</b>	<b>(49.534,87)</b>
Receitas operações repasses/cobranças	73.203,77	69.927,88
Reversões de Provisões	653.331,32	967.463,28
Recuperação despesas	71.330,36	39.446,74
Despesas com provisões	(980.450,70)	(1.119.183,33)
Outras despesas	(4.285,46)	(7.189,44)

Despesas financeiras	31.12.2021	31.12.2020
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(14.391.451,82)</b>	<b>(11.761.947,09)</b>
Provisões técnicas	(105.207,09)	(121.503,52)
Sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(3.269,60)	(0,00)
Provisão sobre assistência financeira	(3.220.948,00)	(6.209.599,07)
Assistência financeira	(11.024.059,23)	(5.381.940,13)
Outras despesas	(37.967,90)	(48.904,37)
<b>Receitas/despesas patrimonial</b>	<b>47.438,07</b>	<b>113.763,36</b>
Receitas patrimoniais	140.376,90	96.703,01
Despesas patrimoniais	(92.938,83)	17.060,35
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(186.870,71)</b>	<b>(49.534,87)</b>
Receitas operações repasses/cobranças	73.203,77	69.927,88
Reversões de Provisões	653.331,32	967.463,28
Recuperação despesas	71.330,36	39.446,74
Despesas com provisões	(980.450,70)	(1.119.183,33)
Outras despesas	(4.285,46)	(7.189,44)

**30 - Partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas originam-se de operações, a saber:

**a) Transações de natureza operacional (seguros contratados)** - A Entidade mensalmente repassa para a EQ Seguros S. A., a título de repasse o montante integral proveniente dos recebimentos de prêmios de seguros contratados por terceiros, transações essas realizadas em condições normais de mercado, a saber:

Eventos / Rubricas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Repasse de prêmios de seguros contratados por terceiros no período</b>	<b>329.589,84</b>	<b>744.413,88</b>
Seguro prestamista individual contratados por terceiros - vida empresas	329.589,84	744.413,88
<b>Prêmios de seguros contratados - próprio</b>	<b>132.039,00</b>	<b>3.644,50</b>
Seguros de vida em grupo - empregados	4.237,38	3.258,50
Seguros de vida coletivo - prestamistas	127.801,62	0,00
Taxa de serviços sobre seguros contratados	0,00	386,00
<b>Total</b>	<b>461.578,84</b>	<b>748.058,38</b>

**c) Prestação de serviços administrativos** - Utilização da estrutura física e de pessoal da Equatorial Previdência Complementar, pela EQ Seguros S. A., sem contraprestação financeira.

**31 - Reflexos da pandemia (Covid 19) e eventos subsequentes**

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) impactou de forma negativa a vida das pessoas e a economia mundial, e seu efeito total ainda é incerto. A Equatorial Previdência desde o início concentrou seus esforços em minimizar os impactos do Covid-19, adotando medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus empregados, colaboradores, participantes, beneficiários.

Foram adotados os protocolos de saúde e segurança advindos das autoridades competentes, objetivando a continuidade das operações com total segurança, e a manutenção do adequado atendimento aos participantes e beneficiários.

Nesse sentido, implementamos o teletrabalho (home-office) em diversas áreas da Entidade, bem como a intensificação de uso dos canais e plataformas digitais para o atendimento.

A Administração vem monitorando os impactos desta pandemia que podem afetar adversamente os seus resultados, independente de ainda não ser possível estimar a duração ou gravidade dos impactos da Covid-19.

- queda no volume de vendas em todos os segmentos; e
- redução em operações de assistência financeira.

Especificamente em relação às operações de previdência, demonstramos a seguir comparativamente eventos ocorridos no período de 2021 e 2020:

Ocorrências/Eventos	Período 2021	Período 2020
Registros de sinistros	124	65
Valores registrados	1.561.343,83	601.387,95
Benefícios Pagos	1.250.415,93	705.998,51
Provisões Técnicas	2.234.615,00	1.327.513,33

As informações acima discriminadas referem-se a registros e pagamentos gerais de benefícios, independente de Covid-19.

As provisões técnicas apresentaram aumento no período de 2021, em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de benefícios avisados que aguardavam complemento de documentação dos beneficiários e também no acréscimo de novos sinistros/benefícios.

Podemos concluir que a pandemia gerou um impacto significativo em nossos benefícios, tendo em vista que, se observarmos as quantidades de registros, verificamos que no período de 2021 houve mais avisos e pagamentos de benefícios do que no período de 2020.

Os reflexos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) sobre as atividades e operações da Entidade, ainda estão indefinidos, contudo até a data base dessas demonstrações contábeis, podemos afirmar que:

- com base no cenário atual, a Entidade está apta a operar sem danos às atividades, não havendo problemas na regulação de benefícios, ainda que os beneficiários possam se deparar com dificuldades no acesso aos documentos necessários para requerer o benefício, em decorrência do isolamento social;
- não foram verificadas evidências da redução de sinistros em decorrência da paralisação das atividades econômicas, assim como aumento de sinistros avisados ou no volume de demandas jurídicas em função da atual pandemia;
- não verificamos evidências de alteração do volume da receita de planos de pecúlio, mas não é descartada a possibilidade de redução considerando a queda no volume de vendas;